

Recessão seria um tiro no pé, diz Mendonça de Barros

Denise Camargo/AE — 20/1/96

Governo não trabalha com a hipótese de queda brusca na atividade econômica para reduzir déficit, afirma

PEDRO LUIZ RODRIGUES
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O governo não considera a hipótese de redução drástica da atividade econômica para que o País possa melhorar a situação de suas contas externas. "A recessão, no quadro atual, é um tiro no pé", disse ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros.

Foram o secretário e o assessor econômico do Ministério do Planejamento, Amaury Bier, que redigiram a exposição de motivos que acompanha o pacote fiscal de 51 medidas, divulgado na segunda-feira. O texto faz uma análise detalhada da mudança do cenário financeiro internacional, depois da crise da Bolsa de Hong Kong, e chega a dizer que "deverá haver redução da liquidez internacional, bem como aumento da aversão ao risco por parte dos investidores".

O novo cenário indica, de acordo com a exposição de motivos, que as economias do mundo "tendem a apresentar durante taxas de crescimento menores" e que há "menor tolerância" a desequilíbrios fiscais e no balanço de pagamentos.

Mas José Roberto Mendonça de Barros acha "um equívoco" advogar uma forte retração da atividade econômica, como fazem alguns consultores e economistas, como forma de reduzir rapidamente o déficit em conta corrente do Brasil, atualmente em torno de 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Até entendo essa visão, porque uma recessão poderia reduzir mais rapidamente o déficit da balança comercial", disse. "Mas os efeitos negativos sobre o quadro geral da economia poderiam afugentar os investidores e, desta forma, ficaria ainda mais difícil financiar o déficit em conta corrente", explicou.

Direção mantida — A estratégia do governo é diferente. De acor-

do com o secretário, é necessário agora "reforçar os fundamentos" do programa de estabilização, "sem mudar a sua direção". Neste sentido, Mendonça de Barros considera indispensável fazer um forte ajuste fiscal — como o que foi anunciado na segunda-feira — que seja suficiente para indicar a disposição do governo brasileiro de enfrentar os problemas e, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias para uma redução gradual — "o mais rápido possível" — das taxas de juros.

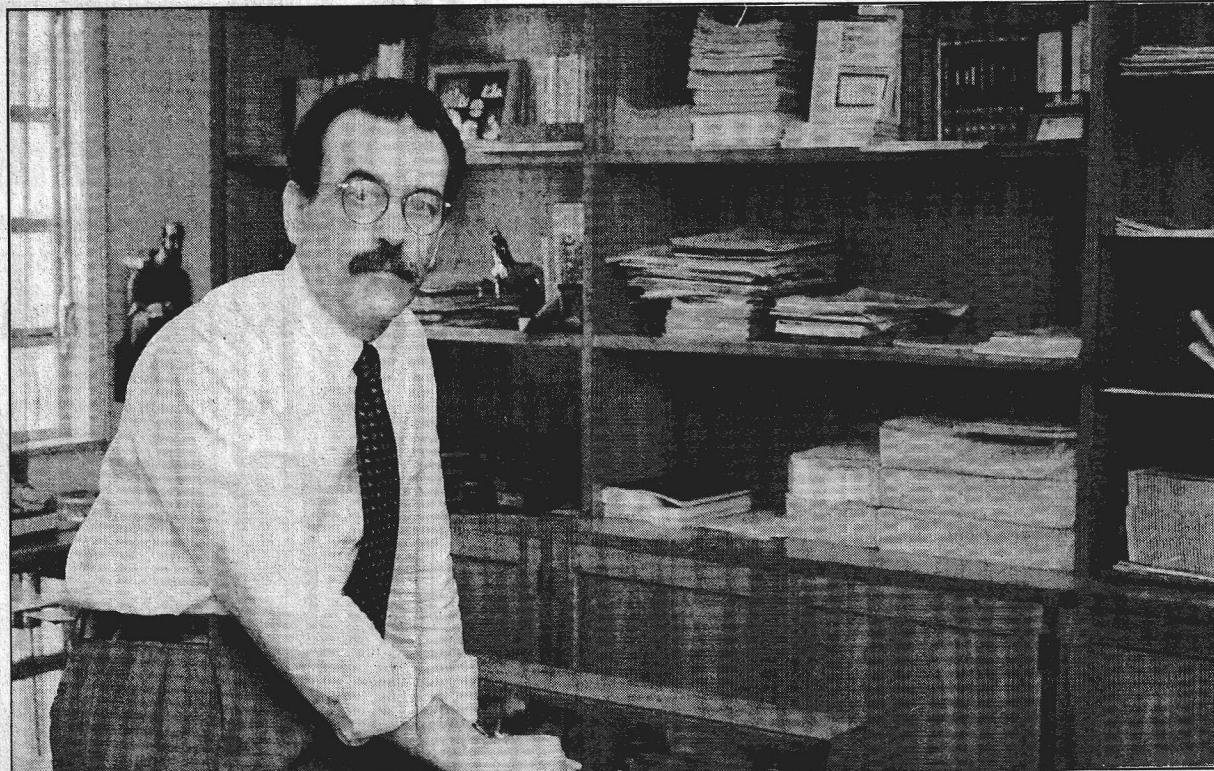
Alguns indicadores da economia brasileira vão ajudar, na avaliação do secretário, a uma reversão mais rápida das expectativas. "A redução do déficit da balança comercial já estava sendo sinalizado antes da crise", afirmou.

"Essa tendência certamente vai ser fortalecida com as medidas que adotamos." José Roberto Mendonça de Barros destacou também o fato de a inadimplência das empresas ter se reduzido drasticamente e de não estar ocorrendo qualquer instabilidade entre as instituições financeiras. "A saúde do sistema financeiro brasileiro é muito boa, ao contrário de alguns países do sudeste asiático", afirmou.

O governo não trabalha com uma meta de crescimento econômico

para 1998, embora saiba que a maioria dos analistas do mercado esteja projetando algo entre 1,5% e 2%. José Roberto Mendonça de Barros acha provável uma maior retração da atividade no início do próximo ano e uma recuperação já a partir do início do segundo semestre. "Tudo vai depender da trajetória de redução das taxas de juros", explicou.

O secretário disse que a dosagem do pacote fiscal de R\$ 20 bilhões foi calculada para compensar dois fatores: a queda da receita por conta da redução do nível de atividade em 1998 e o aumento das despesas com o pagamento de juros das dívidas públicas. "Mesmo com esses dois fatos jogando contra, o esforço fiscal que estamos fazendo vai permitir que o governo aumente seu superávit primário e também melhore o déficit operacional do setor público como um todo", explicou Mendonça de Barros.



Mendonça de Barros: "Efeitos negativos de uma recessão poderiam afugentar os investidores"



TOLERÂNCIA A
DESEQUILÍBRIOS
FISCAIS SERÁ
MENOR